



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS SOBRESTADOS POR LEADING CASE
(Art. 543-C do Código de Processo Civil)
Período de referência: Agosto, Setembro e Outubro/2013

Ordem Inclusão STJ	Processo	Questão Jurídica	Recursos Sobrestados TJSE
32	RESP 1061530 RS	Ações que digam respeito a contratos bancários, sobre as seguintes matérias: juros remuneratórios, capitalização de juros, mora, comissão de permanência, inscrição do nome do devedor em cadastros de proteção ao crédito, disposições de ofício no âmbito do julgamento da apelação acerca de questões não devolvidas no Tribunal	8
74	RESP 880026 RS	Incidência do Coeficiente de Equiparação Salarial - CES no cálculo do reajuste do encargo mensal subjacente aos contratos de mútuo do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, antes da edição da Lei 8.692, de 29 de julho de 1993.	2
208	RESP 1117068 PR	Recurso Especial Repetitivo. Penal. Violação aos art. 59, Inciso II, c.c. Arts. 65 E 68, caput, do Código Penal. Circunstâncias Atenuantes. Menoridade e Confissão Espontânea. Redução da Pena abaixo do mínimo legal. Crime Previsto no art. 12, caput, da Lei n.º 6.368/76. Combinação de Leis. Ofensa ao Art. 2.º, Parágrafo Único, do Código Penal e ao Art. 33, § 4.º, do Art. 11.343/06.	3
213	RESP 1117073 PR	Recurso Especial Repetitivo. Estupro. Penal. Divergência Jurisprudencial. Violação Aos Art. 59, Inciso II, c.c. Arts. 65, 68, Caput, e 213 do Código Penal. Circunstâncias Atenuantes. menoridade e confissão espontânea. Diminuição da pena abaixo do mínimo legal. Enunciado da súmula nº 231 do Superior Tribunal de Justiça.	2
319	RESP 1143677 RS	Incidência de correção monetária e juros moratórios entre a data da expedição da Requisição de Pequeno Valor - RPV e seu efetivo pagamento.	1
329	RESP 1107201 DF	Diferenças de correção monetária de valores depositados em cadernetas de poupança, decorrentes de planos econômicos.	7
330	RESP 1147595 RS	Diferenças de correção monetária de valores depositados em cadernetas de poupança, decorrentes de planos econômicos.	48
388	RESP 1145563 PR	Recurso Especial cuja controvérsia cinge-se no sentido de a citação válida da pessoa jurídica executada interromper o curso do prazo prescricional em relação ao redirecionamento para o seu sócio-gerente.	4
404	RESP 1116792 PB	Questão referente à legalidade da autuação fiscal do contribuinte que, ao proceder ao simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento próprio (operação que não constitui hipótese de incidência do ICMS), não cumpriu o dever instrumental consistente no transporte dos bens acompanhados de documento fiscal hábil (nota fiscal), tendo em vista o disposto nos artigos 113, §§ 2º e 3º, e 194, do CTN.	1
456	RESP 1134186 RS	Cabimento de honorários advocatícios em fase de cumprimento de sentença, bem como na sua impugnação.	1
482	RESP 1176753 RJ	Questão referente à ilegitimidade da incidência do ICMS sobre serviços suplementares ao serviço de comunicação (atividade-meio), sob pena de violação ao princípio da tipicidade tributária.	2
521	RESP 1201993 SP	Prescrição para o redirecionamento da Execução Fiscal, no prazo de cinco anos, contados da citação da pessoa jurídica	86
540	RESP 1220319 MG	Questão relativa à ocorrência da prescrição intercorrente quando, no prazo de cinco anos, não se verificam as hipóteses listadas nos arts. 151 ou 174 do CTN.	96
620	RESP 1184570 MG	Validade de notificação extrajudicial realizada por Cartório de Títulos e Documentos de Comarca diversa da do domicílio do devedor.	1



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS SOBRESTADOS POR LEADING CASE
(Art. 543-C do Código de Processo Civil)
Período de referência: Agosto, Setembro e Outubro/2013

Ordem Inclusão STJ	Processo	Questão Jurídica	Recursos Sobrestados TJSE
628	RESP 1262933 RJ	Necessidade da intimação pessoal do devedor em cumprimento de sentença, "antes do que não poderá incidir a multa de 10% sobre o valor da execução".	1
639	RESP 1207071 RJ	A questão controvertida do RESP ora afetado trata: 1) da competência para processar e julgar litígio instaurado entre entidade fechada de previdência privada e participante de seu plano de benefícios 2) da incorporação aos proventos de complementação de aposentadoria da parcela denominada cesta-alimentação, concedida aos empregados em atividade mediante convenção coletiva de trabalho.	48
642	RESP 1201635 MG	Recurso especial em que se discute a possibilidade de creditamento do ICMS incidente sobre a energia elétrica utilizada na prestação de serviços de telecomunicações.	2
688	RESP 1340553 RS	Processual Civil. Tributário. Sistemática para a contagem da prescrição intercorrente (prescrição após a propositura da ação) prevista no art. 40 e parágrafos da Lei da Execução Fiscal (LEI nº 6.830/80). No caso concreto, pretende-se saber: a) Qual o pedido de suspensão por parte da Fazenda Pública que inaugura o prazo de 1 (um) ano previsto no art. 40, §2º, da LEF b) Se o prazo de 1 (um) ano de suspensão somado aos outros 5 (cinco) anos de arquivamento pode ser contado em 6 (seis) anos por inteiro para fins de decretar a prescrição intercorrente c) Quais são os obstáculos ao curso do prazo prescricional da prescrição prevista no art. 40, da LEF e d) Se a ausência de intimação da Fazenda Pública quanto ao despacho que determina a suspensão da execução fiscal (art. 40, §1º), ou o arquivamento (art. 40, §2º), ou para sua manifestação antes da decisão que decreta a prescrição intercorrente (art. 40, §4º) ilide a decretação da prescrição intercorrente.	70
772	RESP 1251331 RS	Discussão acerca da possibilidade de cobranças das taxas/tarifas administrativas para abertura de crédito e de emissão de carnê e de pagamento parcelado do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	1
850	RESP 1354536 SE	Ação indenizatória por danos materiais e morais promovida por pescadores em razão de acidente ambiental ocorrido no rio Sergipe, em que se discute 1) cerceamento de defesa, 2) caracterização da condição de pescador profissional, 3) aplicabilidade da Teoria do Risco Integral, 4) a inexistência de dano moral e material, 5) os valores arbitrados a título de reparação por lucros cessantes e por dano moral e 6) distribuição do ônus da sucumbência de forma recíproca.	183
Total Geral			567